

**AS NAÇÕES DIANTE DE SEUS CONFINS: POTENCIALIDADES,
IDENTIDADES E DILEMAS NA AMAZÔNIA NA ÓTICA VIAJANTE DE
EUCLIDES DA CUNHA (1905) E NA PATAGÔNIA NA DE ROBERTO PAYRÓ
(1898)**

José Bento de Oliveira Camassa

Mestrando em História Social – Universidade de São Paulo,

com Bolsa FAPESP Processo nº 2018/02958-0

Endereço eletrônico: jose.camassa@usp.br

Resumo: Na *Belle Époque* latino-americana, a Amazônia e a Patagônia foram alvo de disputas fronteiriças e se estabeleceram como temas do debate intelectual. Procuraremos comparar os relatos de duas viagens para as regiões na época: a de Euclides da Cunha para o Alto Purus, no Acre, na chefia de uma expedição do Itamaraty em 1905 e a do jornalista argentino Roberto Payró pelo litoral patagônico em 1898, como correspondente do diário portenho *La Nación*. Em abordagem ensaística, os dois viajantes discutem questões em comum: como povoar tais regiões? Como integrá-las territorialmente? Como “civilizá-las”? Ambos os escritores convergem no diagnóstico de desamparo em que as áreas se encontravam em relação aos Estados nacionais e na denúncia da penúria de suas populações. Divergem, porém, no perfil populacional que almejam para tais espaços. Enquanto Payró propõe uma europeização da Patagônia por meio da imigração, Euclides crê que são as populações interioranas brasileiras as mais bem adaptadas ao meio acreano, cabendo a elas povoá-lo. Ademais, os autores também se distanciam em relação aos prognósticos que fazem para os dois territórios. Payró projeta um intenso desenvolvimento econômico na Patagônia, ao passo que Cunha se mostra mais reticente em relação a semelhante cenário em terras amazônicas.

Palavras-chave: Euclides da Cunha; Roberto Payró; relatos de viagem.

Este trabalho tratará de dois relatos de viagem da *Belle Époque* sul-americana: *La Australia argentina* (1898), do jornalista e escritor argentino Roberto Jorge Payró (1867-1928) a respeito da viagem que fez como repórter do jornal portenho *La Nación* para o litoral da Patagônia argentina e dos escritos de Euclides da Cunha (1866-1909) formulados a partir de sua viagem (1904-1906) para a Amazônia, como chefe de uma expedição oficial organizada pelo Itamaraty pelo Rio Purus, no Acre.

Este texto analisará, em abordagem comparativa, os dois relatos de viagem. Para tanto, procurará **a)** situar as duas fontes num mesmo contexto histórico de ocupação territorial e disputas fronteiriças sul-americanas; **b)** comparar os diagnósticos políticos

que os dois autores fazem sobre as regiões visitadas; e c) comparar as medidas que os dois viajantes propõem para as realidades da Patagônia e da Amazônia, bem como os prognósticos econômicos e políticos de futuro que identificam para esses territórios.

Rumo aos confins das nações: a Amazônia brasileira e a Patagônia argentina na Era dos Impérios

O período da *Belle Époque* foi atravessado por um processo de intensificação da integração geográfica global, sob a égide da corrida imperialista. A competição capitalista no bojo da economia da Segunda Revolução Industrial levava a um recrudescimento das disputas imperiais. Como corolário, a abrangência geográfica do moderno capitalismo ampliava-se velozmente (HOBSBAWM, 1988, p. 79), em virtude da busca por matérias-primas e da procura por mercados consumidores.

Inseridos em tais modernas dinâmicas capitalistas, os países independentes “periféricos” viam-se impelidos a melhor aproveitar seus territórios e suas riquezas naturais a fim de alcançarem melhores postos na economia mundial. Embora não fossem potências imperialistas, diversas nações sul-americanas mobilizaram-se para defender – haja vista que, em grande parte, eram países recém-saídos de duras guerras civis e ainda em vias de consolidar o Estado e as fronteiras nacionais – ou angariar novos territórios, rivalizando com seus vizinhos¹.

Nessa conjuntura, a Patagônia e a Amazônia foram alvo de tais contendidas, justamente nos anos das viagens de Payró e Cunha. Ambas as regiões eram o cerne de conflitos fronteiriços que envolveram Brasil e Argentina, importantes potências regionais sul-americanas. No caso da Patagônia, se deu um litígio entre o Chile e a Argentina, na segunda metade da década de 1890. No caso da Amazônia, houve litígios primeiramente entre Brasil e Bolívia, na Questão do Acre (1902-1903) e posteriormente, entre Brasil e Peru, em 1904 e 1905, o que motivou a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Peruana para o Alto Purus, para delimitação dos territórios de cada país.

¹ Foi, por exemplo, o caso do Chile, que se apropriou da região de Antofagasta – com a vitória na Guerra do Pacífico sobre a Bolívia e o Peru (1879-1883) – região rica em salitre e guano, fontes de fertilizantes naturais. Vale pontuar que na mesma década de 1880 e em meados da de 1890, o Chile também promoveu, no plano doméstico, a ocupação estatal da região da Araucanía – mediante o confronto contra os indígenas que habitavam tradicionalmente a região (POMPEU, 2012, p. 128).

Na Argentina, até meados da década de 1880, partes dos Pampas, a Patagônia e a Terra do Fogo ainda não estavam de fato incorporadas ao Estado nacional, havendo uma “fronteira interna” entre Buenos Aires e essas regiões meridionais². Essa incorporação só se deu pela série de ofensivas militares conhecida como “Conquista do Deserto” (1878-1885) (POMPEU, 2012; PASSETTI, 2012). Mediante o extermínio, dispersão e desmantelamento das sociedades indígenas e mestiças locais, o Estado argentino conseguiu incorporar esses espaços austrais.

A partir de 1896, a Patagônia voltou a estar sob os holofotes em função do reacquecimento dos antigos litígios fronteiriços entre Chile e Argentina pela região (POMPEU, 2012, p. 136). Foram acionadas uma comissão de limites argentina e outra chilena que iriam fazer novas mensurações territoriais e dirimir o conflito. É nesse contexto que Payró foi enviado pelo *La Nación* à Patagônia, em 1898, para escrever crônicas sobre a realidade social da região, que viriam a compor o livro *La Australia argentina* (PAYRÓ, 1898). Ainda que suas matérias não se concentrassem no conflito diplomático, a viagem do jornalista mostrava que região era, novamente, pauta do dia.

Por seu turno, Euclides da Cunha, que já fora como repórter d’*O Estado de S. Paulo* a Canudos (1896-1897), foi à Amazônia como integrante de uma comissão do Itamaraty para a região, mais especificamente para o Acre. O contexto é similar ao de Payró. Em meio ao apogeu da borracha – *commodity* da qual o Brasil era um dos maiores exportadores mundiais (WEINSTEIN, 1993) – o Acre, importante área seringueira amazônica gerou confrontos diplomáticos no decênio de 1900. Tendo acordado o Tratado de Petrópolis junto à Bolívia, o Brasil se viu em um novo litígio acreano, desta vez com o Peru, entre 1904 e 1905.

Foi esse conflito que motivou a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Peruana para o Alto Purus, para delimitação diplomática dos territórios de cada país,

² Ao longo do século XIX, as elites rio-platenses, capitaneadas por intelectuais e políticos como Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi, propuseram-se a missão política de “civilizar” tais regiões, classificadas como *desiertos* (HALPERÍN DONGHI, 2005). Essa qualificação expressava a percepção eurocêntrica de que tais áreas geográficas seriam indômitas e desprovidas de populações e culturas alegadamente “civilizadas” (POMPEU, 2012, p. 89). Além disso, essas áreas representavam uma possibilidade expansão para a próspera pecuária argentina, que dilatava sua participação no comércio internacional (*Ibidem*, p. 164). A contenção de investidas militares indígenas nas proximidades da “fronteira interna” foi outro objetivo das ofensivas argentinas da “Conquista do Deserto”.

Comissão na qual Euclides viria a atuar como chefe da representação brasileira³. A partir de suas observações na viagem ao Acre em 1905 – tendo chegado a Manaus em 1904 e voltado ao Rio de Janeiro em 1906 –, Cunha escreveu um relatório para o Itamaraty sobre os aspectos naturais e sociais da área percorrida e também ensaios reunidos postumamente em *À margem da História* (CUNHA, 2005), de 1909.

Tanto na Patagônia como na Amazônia, a ocupação territorial e o aproveitamento por parte dos Estados dessas *hinterlands* ainda eram muito recentes e frágeis. Tais rincões suscitavam uma série de indagações e desafios. Como desenvolvê-los? Como povoá-los? Como integrá-los ao resto de seus países? Como modernizá-los? Como “civilizá-los”? Levando essas inquietações nas malas, Euclides e Payró – como “viajantes intelectuais” (COLOMBI, 2004), como “escritores-cidadãos” (SEVCENKO, 2003) – rumaram para os extremos de seus países.

A modernidade chega aos extremos das nações: os potenciais e os empecilhos para a civilização na Patagônia e na Amazônia

Cunha e Payró enfrentaram uma questão central em seus relatos: a oposição entre “civilização” e “barbárie” em terras patagônicas e amazônicas. Essas regiões por muito vinham sendo vistas como “bárbaras”, como o avesso, em seus países, das capitais aspirantes à modernidade cosmopolita. Como nota a historiadora Márcia Regina Naxara, no Oitocentos, o Brasil vinha sendo pensado por inúmeros intelectuais

no embate entre natureza e civilização – inferno e paraíso, deslumbramento e perdição. Mundo a perder de vista, fronteira a desbravar pelo ato de civilizar, tanto econômica, explorando suas inumeráveis riquezas, como culturalmente, cristianizando e inserindo seu povo e sua história no quadro de valores da cultura ocidental (NAXARA, 2004, p. 79).

De fato, ambos os autores identificam uma série de aspectos incivilizados nas regiões a que viajaram. Mas, à diferença de interpretações anteriores, não atribuem esses aspectos à geografia e ao clima das regiões, mas às questões políticas, sociais e econômicas que as envolviam. Como nota Luiz Costa Lima, “dentro de uma visada

³ Além de seu prestígio intelectual angariado com *Os Sertões* (1902) e de sua formação técnica como engenheiro diplomado pela Escola Militar de Praia Vermelha, Cunha em 1904 se debruçara sobre a questão amazônica em três artigos, publicados n’*O Estado de S. Paulo*. Em “Conflito Inevitável”, de 15 de maio de 1904, o autor demonstra receio em relação a um possível confronto bélico do Brasil com o Peru pela região do rio Purus.

cientificista [*que inspirava Cunha e Payró*], a situação de desconhecido é tão só a etapa prévia e vencível do conhecido. Dentro dela, não há lugar para a *terra ignota*” (COSTA LIMA, 1997, p. 151, *itálico do autor*). O olhar dos dois viajantes rejeita a ideia de que tais espaços fossem totalmente inóspitos e constituíssem um reverso da civilização.

Em contraste, consideram que essas áreas, estando em processo de integração ao Estado-Nação, poderiam abrigar e forjar uma civilização moderna na selva equatorial ou nas planícies patagônicas⁴. É uma percepção que já se encontrava no horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006) dos dois autores. Assim, eles procuram se afastar da “descrição pelas ausências” – tradicional tópica de relatos de viagem (HARTOG, 1999; PRATT, 1999) –, que descreveria ambas as regiões como “vazias” e desprovidas de qualquer traço civilizacional⁵ (FOOT HARDMAN, 2009, p. 57).

Logo, os autores buscam “desmistificar” as regiões a que viajaram e retratá-los como em candente processo de transformação social e econômica. Esse processo, segundo os dois ensaístas, evidenciava que os aspectos “incivilizados” da Amazônia e da Patagônia não seriam a elas inerentes. Seriam, antes, derivados de medidas e posturas inadequadas das capitais em relação a esses espaços. Ou seja, reconhece-se a existência de um processo de estabelecimento de uma “rotina civilizatória” (ANDERMANN, 2000) nas duas regiões, mas critica-se a maneira como ele se dava. Há, então, um claro caráter de denúncia nos escritos amazônicos de Euclides e nos patagônicos de Payró.

O argentino se posta como uma espécie de emissário das queixas e reivindicações da população branca da Patagônia em relação a uma administração centralizadora e ineficiente de Buenos Aires para a região. Diante do enorme

⁴ Tal avaliação estava intimamente atrelada ao fato de que as próprias viagens de Euclides e Payró eram peças nesse processo “territorializador” – de consolidação da posse e do aprofundamento do conhecimento das duas regiões por parte de seus Estados nacionais (ANDERMANN, 2000). No caso de Cunha, como agente direto do Estado brasileiro; no de Payró, como enviado de um dos maiores jornais argentinos, ligado às elites econômicas e à poderosa corrente política do Mitrisismo.

⁵ Tópica, no caso argentino, consagrada por Sarmiento, em *Facundo: Civilización y Barbarie*, livro de 1845 no qual se projeta a imagem dos interiores argentinos como espaços atavicamente marcados pelo arcaísmo e pela arbitrariedade. Tópica reforçada, no caso da Patagônia, por relatos de viagem de estrangeiros, como o de Charles Darwin, que classificou a região como “terra maldita”, em função de sua esterilidade (ANDERMANN, 2000). Em contraponto, como veremos, Payró enaltece uma série de potenciais econômicos e demográficos da Patagônia. No caso brasileiro, Cunha (2000, p. 145) considera que a terra e o clima do Acre são “caluniados”, isto é, teriam sido costumeiramente descritos de maneira excessivamente pejorativa. Refutando essas percepções equivocadas sobre o ambiente local, Euclides considera plenamente viável e bem-vindo o fomento ao povoamento da área.

desenvolvimento tecnológico da *Belle Époque*, o problema não seria mais a distância geográfica desse território. Seria a falta de uma rede de transportes náuticos estruturada para conectá-lo a Buenos Aires⁶ – havia apenas uma linha náutica e que fazia somente uma viagem ao mês: o Transporte Nacional Villarino (PAYRÓ, 1898, p. 9). Payró atribui uma dimensão unânime a essa reclamação no vasto Sul argentino:

¡Pero, señor! ó se han pasado la palabra todos los sudistas argentinos, ó existe una razón vital de protesta. En Madryn... ¡los transportes! En Santa Cruz... ¡los transportes! En Gallegos... ¡los transportes! En Ushuaia... ¿Se oirá el mismo estribillo en San Juan del Salvamento? ¿La gritería se convertirá en plebiscito? (*Ibidem*, p. 256)

O estado social e econômico precário da Patagônia decorreria de seu isolamento em relação às áreas mais centrais da Argentina e não de suas características regionais intrínsecas. Isolamento, diz Payró com todas as letras, que não seria geográfico, mas político e econômico: “Patagonia, más que geográficamente, está alejada del resto de la república por la indiferencia” (*Ibidem*, p. 84), sentencia o repórter. Analogamente, um interlocutor de Payró define a região como uma enteada:

Patagonia es hijastra. Tiene toda la voluntad de las hijastras, **descuidadas y sin embargo dignas de atención, de respeto, de ayuda**. Si sus cualidades naturales responden á su ambición, puede que triunfe sobre sus hermanas (*Ibidem*, p. 111; *grifos nossos*).

Escrevendo após a “Conquista do Deserto”, Payró diagnostica que a Patagônia, embora já incorporada *de direito* ao Estado argentino, não o estaria *de fato*. Em decorrência, o principal alvo do jornalista é o governo central argentino. Nesse sentido, Payró critica as restrições econômicas e alfandegárias impostas por Buenos Aires aos portos patagônicos. O autor compara o incipiente desenvolvimento das cidades litorâneas da Patagônia argentina com uma alegada pujança da chilena Punta Arenas, porto livre no Estreito de Magalhães. Na breve passagem pela cidade, o autor valoriza as supostas modernidade de sua infraestrutura urbana e prosperidade vista no seu casario e seus estabelecimentos comerciais (*Ibidem*, pp. 134-144).

Segundo Payró, desde que o comércio despontara na cidade, em razão de sua localização estratégica, o governo chileno teria imprimido uma série de medidas para potencializar seu crescimento econômico: investiu em obras públicas, fomentou seu

⁶ Nesse sentido, o autor propõe a criação de linhas de vapores particulares subvencionadas pelo Estado que interligassem com maior efetividade a Patagônia a Buenos Aires (PAYRÓ, 1898, pp. 10-11).

povoamento, concedeu a franquia a seu porto⁷ e favoreceu sua integração náutica com Santiago. Também teria se adotado para a cidade uma legislação de grande liberalidade político-econômica, em contraste com a política argentina para a Patagônia (*Ibidem*, p. 111). Destarte, a experiência magalhânica é tomada como modelar:

Un argentino que pise el suelo de Punta Arenas, no puede reprimir un movimiento de disgusto, de desconsuelo, y hasta cierto punto de envidia; no de envidia destructora y estrecha, sino de la que crea la emulación é incita á hacer, á esforzarse, á aprovechar elementos prácticamente utilizables, como lo demuestra aquel pueblo que seis años antes era apenas un villorrio... Chile no descuida sus más alejados territorios. No hace mucho ha enviado un nuevo contingente de población á Punta Arenas, uns mil chilenos, cuya incorporación artificial á la villa no deja de presentar serias dificultades, porque todavía no hay trabajo suficiente para todos, y la vida se les hace ardua en esas condiciones. Pero obviará eso realizando obras públicas de importancia, ya proyectadas, con cuyo sacrificio logrará probablemente su propósito de nacionalizar aquel pueblo que hasta ayer era compuesto en inmensa parte de extranjeros (*Ibidem*, p. 144).

No ponto de vista de Payró, as restrições tarifárias dos portos patagônicos só recrudesciam a escassez local, dificultando o abastecimento de itens básicos para a sobrevivência de seus habitantes. O jornalista viajante procura desconstruir alguns argumentos que circulavam contra as plenas liberdades econômicas na região (*Ibidem*, p. 89)⁸ e mostrar que tal cerceamento alfandegário serviria, na verdade, a interesses das elites políticas e econômicas de outras partes da Argentina.

Em suma, se Payró identifica graves problemas na Patagônia, os responsabiliza à política de Buenos Aires, não à região de maneira inata. O caso de Euclides é similar. Ele de fato considera a Amazônia uma “Terra sem História”, misteriosa, de natureza complexa e gigantesca, de difícil apreensão. Mas, tal *status* não derivaria da natureza da região em si, mas do fato de ela ser uma “terra sem pátria”, isto é, um espaço geográfico em condição de extraterritorialidade em relação ao próprio Brasil e a apartado da

⁷ Cumpre destacar que o *status* de porto livre de Punta Arenas não pode ser considerado exclusivamente no âmbito do Estado nacional chileno. Em decorrência de sua localização estratégica, entre o Atlântico e o Pacífico, diversas nações europeias tinham grande interesse pela navegação através do Estreito de Magalhães, o que contribuía para a franquia concedida ao porto (PASSETTI, 2014).

⁸ Um desses argumentos era o de que o livre-comércio favoreceria apenas os grandes exportadores – sobretudo, de gado e lã –, que poderiam barganhar, junto a seus clientes ingleses, a obtenção de produtos industrializados de graça ou por preços baixíssimos. Dessa forma, os comerciantes da Patagônia – donos de lojas e armazéns – perderiam a concorrência e faliriam. O jornalista argumenta, por exemplo, que não faria sentido estabelecer um protecionismo para esses comerciantes, uma vez que o setor comercial na região ainda era muito débil e que poderiam continuar lucrando mesmo com o fim das taxas de importação (PAYRÓ, 1898, p. 89).

História do país. Uma região que ainda não fora, pois, enquadrada plenamente no domínio da ciência, da técnica e da política institucional naquele alvorecer de século.

Esse apartamento prejudicava o processo de povoamento e desenvolvimento econômico da Amazônia. Uma tese central de Euclides sobre a região é a de que sua desintegração territorial – tanto em termos intrarregionais como em relação a demais áreas do país – contribuía significativamente para os problemas sociais na área. Particularmente, no Acre, que naquela primeira década do século XX, ainda era de recentíssima ocupação por parte de colonos brasileiros, datando da segunda metade do século anterior (CUNHA, 2000, p. 195).

Uma consequência dessa ocupação territorial pouco estruturada – “à gandaia” (*Ibidem*, p. 148) – seria o predomínio de um extrativismo vegetal predatório. Desestimulando a agricultura e o decorrente assentamento populacional, tal forma de exploração econômica redundava em um nomadismo. Esse fenômeno, por sua vez, fazia com que as sociedades locais, em vez de se assenhorearem da natureza, se tornassem dependentes de um recurso natural escasso (*Ibidem*, p. 196), na análise de Cunha.

Tanto em Payró como em Euclides há uma percepção de que esse abandono estatal se desdobrava tanto na Patagônia como na Amazônia, na penúria vivida pelos trabalhadores dessas regiões. O argentino relata o sofrimento de “aventureiros” que, fugindo da pobreza nas grandes cidades, tentavam a sorte praticando, ilegalmente, o garimpo e a caça de lobos e focas no Sul do país, ao deus-dará:

Son los descalificados de la exigente sociedad actual, los que saben por dolorosa experiencia que el dinero es el eje único de la vida moderna, y que el pobre lucha en un círculo vicioso, sin poderse arrancarse nunca de él: para salir de la pobreza es necesario tener un punto de partida, vale decir, un principio de fortuna, un capital más ó menos pequeño; sin eso todo está cerrado, clausurado, y lo único que se puede lograr es un empleo, una ocupación que cada día dé lo necesario para comer. Con qué amargura abandonan entonces los grandes centros de acción para ir á los últimos limites poblados, y con qué avaricia, con qué ávido furor **aprovechan todos los beneficios, lícitos ó ilícitos, que se les presentan**, abusando del trabajo de los débiles, vendiendo caro y malo, envenenando á indios y marineros, prestándose á todos los comercios, al contrabando, á la piratería, al merodeo, á la usura, con un desenfado que favorece la escases misma del público y lo común de **esa elasticidad de conciencia** (PAYRÓ, 1898, p. 310, *itálico do autor, grifos nossos*).

O jornalista conta impactantes histórias de naufrágios e situações-limite vividas por essas figuras. Na visão de Payró, a região, mesmo passível de ser civilizada e de ser

mais bem explorada a fim de trazer maior prosperidade à população argentina, se apresentava como um espaço de aguda pobreza econômica e barbárie social.

Barbárie também testemunhada no extremo Norte da América do Sul, por Euclides da Cunha. Na Amazônia, o autor denuncia a avassaladora exploração do trabalho dos seringueiros, muitos dos quais haviam fugido, desassistidos, da seca do atual Nordeste brasileiro – com o qual Euclides já travara contato no semiárido baiano de Canudos. Contundentemente, Cunha classifica o sofrimento do seringueiro como “dostoievskiano” (CUNHA, 2000, p. 153) e afirma que ele “realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” (*Ibidem*, p. 127).

Em síntese, o que está em discussão, para Euclides e Payró – ambos ligados a um pensamento inegavelmente cientificista – é o fato de que as regiões que eles visitaram precisavam, de fato, se desenvolver, mas de maneira “civilizada”, de forma que não fossem exploradas de maneira predatória, violenta e irracional. Ao discorrer sobre as lonjuras de seus países, acertam o coração do poder político dos Estados nacionais, pondo em xeque suas posturas omissas ou contraproducentes para o desenvolvimento das regiões em questão.

Contudo, se o diagnóstico dos dois viajantes-ensaístas coincide, os projetos políticos por eles sugeridos para a Patagônia e a Amazônia apresentam divergências em relação ao perfil identitário que projetam para essas regiões – isto é, a que populações caberia povoar, trabalhar, domar e desenvolver aquelas paragens.

Uma Patagônia cosmopolita e utópica, uma Amazônia sertaneja e tensa

Antes de esmiuçar essas divergências, resalte-se que as propostas políticas, econômicas e sociais dos dois autores para as regiões em questão apresentam grandes similaridades. Os dois viajantes clamam, em linhas gerais, por uma maior atuação estatal nas áreas, atuação que fosse orientada pela técnica e pela ciência na “guerra contra o deserto” (*Ibidem*, p. 203), para usar uma expressão de Euclides. Subjaz no desejo de integração territorial de ambos uma visão da paisagem como objeto passível de “conversão em matéria-prima”, como aponta Foot Hardman (2005, p. 101), de maneira a conectar, por meio da técnica, os rincões nacionais à paisagem do capitalismo cosmopolita da *Belle Époque* (*Ibidem*, p. 95).

Em Payró, a ênfase recai sobre o estabelecimento de linhas de telégrafo ao longo da costa patagônica e sobre o aprimoramento da rede náutica interligando a Patagônia e Buenos Aires. Nos escritos amazônicos de Cunha, também se clama pelo estabelecimento de linhas de telégrafo (CUNHA, 1995, p. 802) e maior integração territorial, por exemplo, com o aumento da navegabilidade do Rio Purus. O furor é visível no seguinte trecho: “Precisamos incorporá-lo [*Purus*] ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo (...) nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica” (CUNHA, 2000, p. 145).

O autor também dá especial destaque à proposta construção de uma ferrovia Transacriana – sob responsabilidade do Governo Federal – para fomentar a ocupação e adensamento demográfico da região⁹. Essa iniciativa viria a se integrar ao projeto da grandiosa ferrovia Madeira-Mamoré – estipulada pelo Tratado de Petrópolis como cláusula para incorporação do Acre pelo Brasil –, cuja construção se iniciaria em 1907. Para Euclides, a linha ferroviária teria profundos e positivos efeitos sociais e políticos, como a redistribuição do povoamento da região, fomentando a criação de núcleos agrícolas bem como uma maior e mais capilarizada presença do Estado em tais arrabaldes (*Ibidem*, p. 202). Vale lembrar como, no século XIX, o telégrafo e a ferrovia eram símbolos máximos da modernidade técnica no Ocidente, mobilizando todo um imaginário de desenvolvimento social e econômico (FOOT HARDMAN, 2005).

Analogamente, Payró também enfatiza a necessidade de o Estado apoiar, com infraestrutura básica, o povoamento do extremo austral argentino, sonhando com a criação de uma nova ferrovia na região do Chubut – desde 1888, ela já contava com o Ferrocarril Central del Chubut (PAYRÓ, 1898, p. 28). Como Cunha em relação à Amazônia, o repórter igualmente almeja a agricultura e a sedentarização na Patagônia, superando práticas econômicas de estrito caráter predatório e nômade, caso dos garimpeiros e caçadores na região.

Não obstante, o perfil dos colonos e dos povoadores que os dois autores almejam para esses dois espaços geográficos diverge consideravelmente. Enquanto Payró almeja uma clara europeização de viés anglicizante da Patagônia, Euclides não adere a hipóteses imigratórias. Cunha confere maior protagonismo às populações interioranas

⁹ Adicionalmente, o projeto da Transacriana também se justificaria pelo objetivo de defesa do território nacional, segundo Euclides da Cunha (CUNHA, 2000, p. 206).

brasileiras no tocante à missão de ocupar e desbravar o sertão amazônico, na medida em que as considera mais talhadas e adaptadas a esse meio.

Em evidente postura anglófila, Payró louva os galeses da patagônica Santa Cruz, que são indicados como exemplos de uma ética capitalista e protestante (WEBER, 2017), por sua laboriosidade, resignação às privações materiais e disposição para conquista da natureza. Payró, que já se revelara entusiasta da imigração italiana para a Argentina (PAYRÓ, 1895), em seu livro patagônico propôs que a entrada de imigrantes anglo-saxões seria a chave para o desenvolvimento da região meridional do país. O autor evoca em seu receituário político para a Patagônia os casos da África do Sul, da Austrália e do Oeste estadunidense, espaços historicamente pouco explorados nos séculos anteriores, mas que, no Oitocentos, teriam galgado não desprezível desenvolvimento econômico, no bojo da supremacia imperial britânica e do galopante crescimento norte-americano (HOBSBAWM, 1988). Ao sonhar com a transformação da Patagônia em um *Far South* ou uma “Austrália” argentina – tese explicitada no título de seu livro – Payró ambicionava que seu país alcançasse os padrões econômicos e um perfil étnico mais próximo do anglo-saxão, pretensamente mais apto à modernidade.

Payró defendia que a miscigenação entre anglo-saxões e argentinos suplantasse a antiga mestiçagem entre homens *criollos* e mulheres indígenas na região¹⁰. Em suas crônicas, Payró elege como símbolo do perfil de imigrante que exalta para a povoação da Patagônia a personagem intitulada “Mary X”. Tratava-se de uma jovem inglesa que era passageira do navio em que o autor estava a bordo e que se dirigia à Patagônia para se casar com um compatriota proprietário rural na região. “Mary X” é colocada como um protótipo – vide o nome genérico dessa personagem – de ditas virtudes morais protestantes, como independência, engenhosidade e ânimo (PAYRÓ, 1898, pp. 80-84).

Dessa forma, o autor aponta, na esteira do Determinismo Racial, que no extremo austral argentino formar-se-ia “una raza distinta de la nuestra” (*Ibidem*, p. 81), que superaria as pretensas debilidades dos “latinos de América” (*Ibidem, idem*). Essa percepção ia em direção contrária do latinismo que então se robustecia entre diversos intelectuais da América Latina finissecular – como Paul Groussac, Rubén Darío e José Enrique Rodó, no contexto da Guerra Hispano-Americana (1898).

¹⁰ Visão análoga é apresentada pelo socialista argentino finissecular José Ingenieros que “concebeu o imigrante como um fator de ‘expurgo racial’ do elemento mestiço” (GREJO, 2009, p. 75).

Payró, por conseguinte, projeta um futuro anglicizado para a Patagônia, no qual os aportes populacionais da Europa do Norte superariam o passado¹¹ indígena, *gaucho* e hispânico da região¹². Bem diferente é o receituário de Euclides acerca da Amazônia: o autor defende seu desenvolvimento não a partir de elementos exógenos, mas a partir de seus habitantes interioranos. Em Payró, a saída é centrífuga. Em Cunha, centrípeta.

Segundo o historiador Nicolau Sevcenko, estudioso da obra euclidiana, Cunha “concebia todas [as] populações do interior como os sedimentos básicos da nação” (SEVCENKO, 2003, p. 175). Para Euclides, a questão premente seria assimilar as populações caboclas, ribeirinhas e sertanejas amazônicas e valorizar a sua força adaptativa às condições ambientais locais. Em trecho que lembra a clássica descrição da população de Canudos – “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” –, Cunha afirma que “as gentes que a povoam [a terra amazônica, especialmente o Acre] talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na” (CUNHA, 2000, p. 146).

A ênfase de Euclides está na criação de uma organização social própria na Amazônia, recusando a emulação de modelos estrangeiros, em direção contrária à de Payró. Num excerto, o autor fluminense considera equivocado pretender, conforme certas abordagens da Medicina Colonial, “arrebatar para a civilização a barbaria transfigurada, senão transplantar, integralmente, a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros” (*Ibidem*, p. 149). Euclides defende o contrário: que em vez de se tentar implantar artificialmente ou mimetizar os costumes de matriz europeia nos rincões do Brasil – tentativa que julga sempre fadada ao fracasso (*Ibidem, idem*) –, se construa uma civilização mais bem adaptada às peculiares características do meio local.

Tal percepção de Euclides também era, no caso da Amazônia, motivada por uma consciência de uma série de tentativas frustradas de implantação de pretensa

¹¹ No mesmo sentido, em *La Australia argentina*, a Patagônia é caracterizada, com entusiasmo, como “una nueva América!” (PAYRÓ, 1898, p. 111).

¹² Payró seguia uma tópica intimamente associada ao caso do Oeste estadunidense, consagrada por Frederick Jackson Turner (1861-1932) em conferência de 1893. De acordo com o historiador estadunidense, a expansão rumo ao Oeste teria cunhado as instituições e o “caráter” nacional do país. Em meio ao alargamento da fronteira, o desbravamento do “*wilderness* – a natureza inóspita e remota” (TURNER, 2004, p. 25) teria fomentado “a demanda por terra e o amor à liberdade” (*Ibidem*, p. 41) nos Estados Unidos da América.

“civilização” na região¹³, ao longo de séculos, desde os fortes portugueses do período colonial. Nas palavras de Cunha, “as impressões dos mais lúcidos observadores não se alteram, perpetuamente desenfluídas pelo espetáculo de um presente lastimável contraposto à ilusão de um passado [*só aparentemente*] grandioso” (*Ibidem*, p. 124). O autor viu que na Amazônia

(...) o seringueiro solitário esculpe Judas à sua imagem e semelhança¹⁴ para ser tragado na correnteza do rio. Palácios demarcatórios do poder colonial são taperas arruinadas. Tapiuis na cidade viram párias. **E, na selva, os sinais do extrativismo predatório e nômade são aqueles deixados por esses bandos de construtores de ruínas. Nenhuma civilização, a rigor, lá se fixa.** As cidades amazônicas, como os homens, são *errantes* (...) [*Euclides da Cunha*] não esquecera que a história, no mais das vezes, se construía como *epos brutal*. **E sabia, acima de tudo, que as criações humanas – inclusive e, em especial, o processo civilizatório –, são por demais frágeis e de muito fácil destruição** (FOOT HARDMAN, 1996, p. 295, p. 304, *itálicos do autor, grifos nossos*).

Da mesma forma, na percepção do autor, a brutalidade da exploração dos seringueiros, somada ao extermínio indígena, mostrava que se dava não um aprimoramento, mas uma dramática involução civilizacional em partes da Amazônia:

(...) de Tingoleales para o sítio peruano de ShamboIaco, perto da foz do rio Manuel Urbano, o viajante não passa, **como a princípio acredita, dos estádios mais primitivos aos mais elevados da evolução humana.** Tem uma surpresa maior. **Vai da barbaria franca a uma sorte de civilização caduca em que todos os estigmas daquela ressaltam mais incisivos, dentre as próprias conquistas do progresso** (CUNHA, 2000, p. 164, *grifos nossos*).

Dessa sorte, Euclides sustentava uma perspectiva bem mais pessimista, em termos de desenvolvimento econômico e social, para o futuro da Amazônia do que a de Payró para o extremo Sul argentino. Em sentido inverso, o repórter do *La Nación* nutria

¹³ Euclides pensa a Amazônia como palco de iniciativas supostamente civilizatórias que, em sua visão, seriam verdadeiros signos da barbárie, como a exploração predatória da borracha, a exploração dos seringueiros e a dizimação de indígena por parte dos caucheiros – peruanos donos de áreas de exploração do caucho, semelhantes aos seringais. Tais ações não seriam construtoras de civilização, mas antes de ruínas, naturais e sociais. É o que aponta Euclides em pungente trecho, em que denuncia essa “faina devastadora: abrindo a tiros de carabinas e a golpes de *machetes* novas veredas a seus itinerários revoltos, e desvendando outras paragens ignoradas, onde deixariam, como ali haviam deixado, no desabamento dos casebres ou na figura lastimável do aborígene sacrificado, os únicos frutos de suas lides tumultuárias, de construtores de ruínas” (CUNHA, 2000, p. 171).

¹⁴ Referência ao ensaio euclidiano *Judas Asvero* (CUNHA, 2005). Nesse texto, Euclides faz um profundo exame social e psicológico do seringueiro – e as agruras que vive – a partir de um ritual religioso de Malhação do Judas que presenciou em comunidades seringueiras no Acre.

uma verdadeira utopia patagônica. Ainda que admita o tom idealizado e exagerado de tal devaneio, Payró sonha com uma

Patagonia [*que*] estaba ya poblada desde Viedma hasta la punta Dungeness, desde el Atlántico hasta los valles habitables de los Andes; (...) luego la población se hacía más densa a medida que avanzaba la falda de la cordillera, donde vivía con una vida intensa y pacífica, libre y feliz. (...) Los trenes llevaban a la costa los productos de todo el interior. (...) **perdía Patagonia su fisonomía misteriosa y amenazadora, y de aquel territorio inculto y casi desierto** (PAYRÓ, 1898, pp. 83-84; *grifos nossos*)

Portanto, para o autor, a região poderia vir a desfrutar de grande prosperidade. Poderia, ademais, futuramente constituir o esteio de uma “refundação” da República Argentina (ANDERMANN, 2000, p. 76) em bases políticas e econômicas modernas, a partir da presença anglo-saxã. A Patagônia poderia não apenas se tornar imune da herança colonial hispânica (PAYRÓ, 1898, pp. 111-112) e da viciosa política *criolla* – representada pela gestão inadequada, na ótica de Payró, que Buenos Aires fazia da região – como também ofereceria a receita para superá-la, por meio da adoção de parâmetros culturais e sociais similares aos anglo-saxões¹⁵ e de uma organização fundiária baseada na pequena propriedade¹⁶ (*Ibidem*, p. 40).

Considerações finais

Tanto Payró como Cunha percorreram regiões consideradas distantes e inóspitas de seus países em contexto geopolítico marcado por negociações fronteiriças e dinâmicas de ocupação territorial na América do Sul. Os dois autores intentaram desmitificar as áreas que escrutinaram em suas viagens, destrinchando seus problemas sociais e seus potenciais de civilização como também propondo medidas políticas para modernizá-las, fomentando sua ocupação e integração territoriais.

¹⁵ Essa tese é explicitada a partir da comparação da Patagônia com as Malvinas. Nas palavras de Payró, ao se imaginar que a região argentina estivesse sob domínio britânico, evocam-se “ideas de actividad, de riqueza, de libertad, de administración (...) todo un proceso vertiginoso de adelanto... ¿No tenemos ahí, frente á Gallegos, las islas Malvinas? esos escollos cubiertos de turba y sin un árbol, en que vive holgadamente una población ganadera que ya tiene exceso de productos?” (PAYRÓ, 1898, p. 447).

¹⁶ Payró critica o fato de que na Patagônia “**la tierra (...) está en poder de compañías especuladoras y avaras** (...). La seguridad de nuestras campañas ha sido y es un mito, pues las autoridades encargadas de velar por ella, se nombran con miras inconfesables de dominio *político* y con el mismo fin se les dejan **facultades tiránicas de que todavía abusan**. La justicia es (...) tarda, tortuosa, cara, terrible para quien acude á ella, por más que tenga razón” (PAYRÓ, 1898, pp. 444-445; *itálico do autor, grifos nossos*).

Entretanto, também se verificam substanciais distinções entre as perspectivas dos dois ensaístas-viajantes. Em primeiro lugar, os autores concebem o perfil identitário das duas regiões em sentido diverso. Enquanto Payró sonha com um futuro mais cosmopolita para a Patagônia, Euclides dá mais atenção às gentes brasileiras que já habitavam e dobravam os sertões da Amazônia (CUNHA, 1995, p. 548). Em acréscimo, se o argentino prevê um futuro radiante e civilizado para a Patagônia, o brasileiro se mostra mais consternado em relação ao porvir da região acreana. Essa percepção euclidiana se dava em função do caráter não só violento – como também claudicante e efêmero – de tentativas de desenvolvimento ao longo da História amazônica e naquele início de século XX.

Referências bibliográficas

ANDERMANN, Jens. “Reporters en la frontera Periodismo de viaje e imaginación progresista en Payró y Arlt”. Buenos Aires, *El Rodaballo*, año 6, nº 10, verano 2000, pp. 72-77

COLOMBI, Beatriz. *Viaje intelectual: migraciones y desplazamientos en América Latina, 1880-1915*. Rosário: Beatriz Viterbo editora, 2004

COSTA LIMA, Luiz. *A terra ignota – A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. COUTINHO, Afrânio (org.). 2ª ed. 2 vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v1, 1995

_____. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

_____. *À margem da História*. 1ª ed. 1909. Rio de Janeiro: ABL, 2005

FOOT HARDMAN, Francisco. “Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides”. *Estudos avançados* 10 (26), pp. 293-310, 1996

_____. *Trem fantasma. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

_____. *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GREJO, Camila Bueno. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político – Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 131 p. ISBN 978-85-98605-98-2. Disponível em: SciELO Books.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2006

NAXARA, Márcia Regina Capelani. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UnB, 2004

PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. “O Estreito de Magalhães redescoberto: CIÊNCIA, POLÍTICA E COMÉRCIO NAS EXPEDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1820 E 1830”. Londrina, *Antíteses* (Universidade Estadual de Londrina), v. 7, n. 13, p. 254-276, jan./jun. 2014

PAYRÓ, Roberto Jorge. *Los italianos em Argentina*. Buenos Aires: Imprenta La Nación, 1895.

_____. *La Australia argentina: excursión periodística a las costas patagónicas, Tierra del Fuego e Isla de los Estados; con una carta-prólogo de Bartolomé Mitre*. Buenos Aires: Imprenta La Nación, 1898, dos tomos

POMPEU, Ana Carollina Gutierrez. “A construção da Patagônia argentina”. Dissertação de Mestrado. Universidade Nacional de Brasília, Programa de Pós-graduação em História – PPGHIS. Brasília, 2012.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TURNER, Frederick Jackson. “O Significado da fronteira na História americana”. In: KNAUSS, Paulo. *Oeste Americano*. Niterói: Ed.UFF, 2004

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 1ª ed. 1905. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1993.